

Quando novos temas entram em cena: movimentos sociais e a “questão urbana” no ciclo de protesto de junho de 2013¹

Rafael de Souza²

Introdução

Durante o mês de junho de 2013, milhares de pessoas se reuniram nas ruas de todo país com os mais variados temas, agendas, identidades políticas e estratégias de expressão pública de demandas. Na época, parte do debate acadêmico e da opinião pública enfatizou o caráter espontâneo das mobilizações. As chamadas “jornadas de junho” seriam manifestações naturais de descontentamento facilitadas pelo crescente uso de redes sociais, como Facebook, Twitter, entre outras. Segundo analistas, o que supostamente estaria por trás dos eventos que marcaram junho de 2013 dizia respeito à ebulição de sentimentos e emoções coletivas represadas ou que não haviam ganhado ainda expressão direta. Emoções de revolta e rancor não somente pelas políticas “desastradas” do governo da presidenta Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), mas também um sentimento de raiva com relação ao sistema político como um todo.

Entretanto, por trás das aparentes manifestações “espontâneas”, é possível enxergar processos políticos envolvendo comunidades, redes e organizações ativistas com formas enraizadas no tecido urbano. Tais redes ativistas foram capazes de formular táticas e estratégias de mobilização política pautadas muitas vezes no pertencimento e no uso de determinados locais e espaços urbanos. Como salientam Alonso e Mische (2017), os eventos de junho aludem à constituição de um amplo repertório de confronto político e a uma miríade de atores fazendo uso desses repertórios dentro dos mais variados contextos urbanos³. Segundo as autoras, junho pode ser considerado muito mais um ciclo de confrontos políticos. Há muito mais variação nas estratégias, nos atores e nas demandas do que em um episódio unitário de descontentamento geral e difuso (ALONSO; MISCHÉ, 2017)⁴.

Para além da diversidade de atores e demandas durante os ciclos de protesto, também é importante ressaltar o modo como as

- 1 Agradeço a Carolina Adania e Bruna Camara pela leitura atenta e comentários. Também agradeço aos pareceristas pelas recomendações valiosas sugeridas à primeira versão. Agradeço ainda pelo suporte da equipe do Banco de Estudos de Protesto BEP-Cebrap: professoras doutoras Angela M. Alonso e Debora Maciel, Hellen Guichenev, Fabíola Fanti, Patricia Jimenez, Viviane Souza e Lilian Sendretti. Por fim, agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio financeiro à pesquisa.
- 2 Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo. Atualmente é doutorando desse mesmo programa. E-mail: rafael58cla@gmail.com
- 3 Repertórios de confronto político podem ser definidos como um conjunto limitado e historicamente datado de práticas estratégicas de confronto utilizadas pelos manifestantes. Nas palavras de Tilly, repertórios podem ser pensados como “rotinas que se aplicam às mesmas diádes requerente-objeto: empregadores e empregados, plebeus e senhores, facções nacionalistas rivais, e muitas mais” (2006, p. 16, tradução nossa).
- 4 Para Tarrow, um ciclo de confronto político pode ser descrito como “uma fase de conflito acentuado através do sistema social, com rápida difusão da ação coletiva dos setores mais mobilizados para os menos, um rápido ritmo de inovação nas formas de contenção” (2011, p. 199, tradução nossa).

idades presenciam a propagação de diversos “palcos” socioespaciais para a mobilização. Segundo Tilly, a própria definição de protesto pode ser encarada como um ato desafiador de apropriação espacial por parte de atores contra o Estado ou outros tipos de atores politicamente situados (TILLY, 2006). Entretanto, a literatura internacional acerca de movimentos sociais tem avançado só recentemente na análise em torno da questão da espacialidade do protesto. Em tempos de redes sociais, formas de protesto virtual e o caráter facilitador desse tipo de plataforma de comunicação têm nublado o entendimento de processos socioespaciais de construção de mobilizações políticas públicas.

Este artigo tem como intuito apresentar brevemente as principais vertentes de pesquisa sociológica brasileira acerca da relação entre os movimentos sociais e a questão urbana nas manifestações em 2013. Há já considerável bibliografia sobre junho de 2013⁵. Contudo, não será possível para dar conta de vasta literatura, e o caminho adotado aqui foi privilegiar o modo como o espaço urbano apareceu como um elemento central nas explicações acerca do fenômeno. Nesse sentido, as análises foram recheadas de termos que demonstram a vitalidade das formas de resistência às intervenções do Estado neoliberal na vida dos cidadãos. Expressões como “cidades rebeldes”, “cidades insurgentes” e “cidades indignadas” abundaram na bibliografia sobre o assunto. Na literatura sociológica brasileira, também existem muitos trabalhos acerca da relação entre mobilizações políticas e a questão urbana. O foco dos autores mencionados

nesta resenha bibliográfica reside fundamentalmente na distinção dos espaços urbanos e seus impactos no ativismo. De que forma esses temas entrelaçados foram mudando ou permanecendo na sociologia política e urbana brasileira? As interpretações de junho de 2013 trazem em si o legado das linhas de pesquisa da sociologia urbana e política dos anos 1980 ou fundam uma nova compreensão?

Definir “espaço urbano” não é tarefa fácil quando se entende que as definições oficiais e governamentais para fins estatísticos variam de país para país. Para além dos fatores populacionais, isto é, da densidade dos assentamentos urbanos, também existem fatores administrativos que estabelecem diferentes perímetros e zonas urbanas. Sociologicamente, também existem dificuldades referentes à maneira como fatores sociais e culturais podem ser caracterizados como “urbanos”. De modo geral, existem dois eixos principais de interpretação: 1) perspectivas culturais-institucionais e 2) perspectivas estruturais demográficas (GOTTDIENER; HUTCHISON, 2011).

No Brasil, o debate em torno da relação entre espacialidade urbana e movimentos sociais foi formulado levando em referência principalmente o espaço urbano como eixo nodal. A “questão urbana” durante os anos 1970 e 1980 foi entendida como central por pesquisadores devotados a entender a politização dos espaços dentro da cidade e dos problemas urbanos⁶. Ademais, recentemente, as mobilizações, que tiveram início com os protestos do Movimento Passe Livre de São Paulo (MPL/SP), contra o aumento das

5 A literatura sobre os protestos em 2013 pode ser agrupada em alguns temas específicos. Análises sobre estrutura social e as mudanças no sistema de representação podem ser apreendidas em Nobre (2013) e Singer (2013). Interpretações sobre atores específicos podem ser conferidas em Ortellado (2013). Para um balanço com objetivos mais amplos, ver Alonso e Mische (2017).

6 Para a compreensão do debate acerca da sociologia urbana brasileira nos próprios anos 1970, ver Blay (1974). Para um balanço mais recente ver Kowarick e Rezende (2000).

tarifas de transporte público na cidade de São Paulo em junho de 2013, retomaram o tema das péssimas condições dos serviços públicos urbanos⁷. As manifestações se espalharam por diversos centros urbanos do país e reacenderam o debate acerca da relação causal entre mobilização e questão urbana⁸. Mais do que um movimento social, os eventos de 2013 apontam para a existência daquilo que Tarrow (2011) denominou, para outros casos, de “ciclo de confronto”, isto é, um surto rápido e intenso de mobilização, no qual diferentes atores coletivos vão às ruas em diferentes localidades dentro de determinado território (TARROW, 2011).

Os ciclos de confronto político normalmente significam súbitos episódios de mobilização abarcando diversos setores previamente mobilizados e setores com pouca experiência na organização dos protestos nas ruas. Contudo, tais episódios não são efeitos descontínuos no tempo e no espaço – são marcados pela construção lenta de repertórios de confrontos materializados no espaço urbano. Organizações políticas e setores sociais acessam e constroem espaços urbanos ressignificados. Sair às ruas significa sobretudo sobrepor o espaço físico a espaços simbólicos. Lugares ganham contornos privilegiados no imaginário

dos participantes e ativistas engajados nas mobilizações. Redes se condensam tomando como base a ação prática em determinados espaços físicos. E mesmo o debate em torno da ação direta e das táticas *black bloc* podem ser pensados à luz de formas de apropriação, contestação e resistências nos espaços urbanos.

Tomando esse quadro interpretativo como paradigma de pesquisa, convém enfatizar os movimentos sociais dentro dos territórios urbanos e as transformações em suas estratégias de atuação. Atualmente, múltiplas temáticas e formas de atuação desses movimentos fazem da cidade um espaço de disputa política. Se existe um amplo ciclo de confrontos acerca do “direito à cidade”, também existem definições do que seja “direito” e do que seja “cidade”. Portanto, para a literatura – tanto nacional quanto internacional – é essencial compreender as múltiplas formas pelas quais o espaço urbano se relaciona com tipos de mobilização no cenário público⁹.

Tem-se como exemplos as demandas em torno da revitalização de áreas e edifícios históricos abandonados, transporte alternativo, direito à ocupação cultural em espaços urbanos, moradias coletivas contraculturais anticapitalistas como as “Ocupas”, o encorajamento à instalação de obras de acesso à cidade e outras

7 O Movimento Passe Livre (MPL) surgiu durante a plenária pelo Passe Livre no V Fórum Social Mundial, em janeiro de 2005. O movimento remete às mobilizações da Revolta do Buzu, em Salvador, em agosto de 2003. Outro fator decisivo para a criação do grupo, segundo seus participantes, foi a tentativa de uma articulação em território nacional pela adoção do passe livre e a Campanha pelo Passe Livre em Florianópolis. Para um retrato detalhado da atuação do MPL consultar Judensnaider et al. (2013) e Livre (2013).

8 A prefeitura de São Paulo e o governo do estado de São Paulo anunciaram, em 22 de maio de 2013, o aumento das tarifas de transporte público, sendo que o valor tarifado deixou de ser R\$ 3,00 para ser R\$ 3,20. O preço da tarifa não variava desde 2011, quando nesse mesmo ano o MPL/SP organizou protestos pela cidade de São Paulo ainda sem contar com a participação maciça da população. A partir daí, passou a se mobilizar e a chamar diversos atos em prol da redução dos preços. O primeiro grande ato data do dia 6 de junho daquele ano. Os protestos dos dias 11 e 13 de junho foram marcados pela exibição de cenas de violência e confronto entre manifestantes e policiais. A essa altura, os protestos já começavam a se expandir pelo território nacional, em especial pelas cidades que sediavam a Copa das Confederações naquele ano e que contavam com obras para sediar futuramente a Copa do Mundo de 2014. A partir do dia 17, os protestos ganharam volume e se dispersaram por centenas de cidades no Brasil. Disponível em: <<https://goo.gl/u1y7nb>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

9 Recentemente, uma sociologia sobre espacialidade vem ganhando contornos mais nítidos. Para um balanço completo do “SPATIAL TURN” consultar Löw (2008, 2013). Para um apanhado mais específico acerca das relações entre espacialidade e movimentos sociais, ver Tilly (2000), Nicholls (2008) e Miller, Beaumont e Nicholls (2013).

agendas que apontam para a pluralização dos temas da “questão urbana”. Essas demandas direcionadas à produção de uma cidade com mais qualidade de vida ou com espaços autogestionários também concorrem com condutas políticas mais tradicionalistas de mobilização. A cidade também convive com disputas políticas em torno da preservação de bairros de classe média, revitalização de praças, instalação de câmeras de segurança etc. Logo, é importante ressaltar a multiplicidade de interpretações simbólicas e as disputas políticas em torno do espaço urbano. Em suma, esses movimentos têm se relacionado com a espacialidade urbana de maneiras variadas, ao mesmo tempo que povoam as cidades com múltiplos territórios políticos (HARVEY et al., 2015).

Sem a compreensão de como os espaços urbanos são transformados em “palcos” de ações políticas, o surgimento e a evolução de ciclos de protesto, tal qual o ciclo de 2013, permanecem incompletos (DOWBOR; SZWAKO, 2013). As questões que orientam este trabalho dizem respeito aos conceitos mobilizados pela literatura acerca dos processos socioespaciais e sua relação com os mecanismos de mobilização. De que modo a literatura sociológica nacional encarou essas relações entre ativismo e espaço urbano ao longo do tempo? De que maneira, também, o ciclo de junho de 2013 ajuda a esclarecer questões mais gerais referentes à conexão entre espaços urbanos e à evolução de protestos ao longo do tempo? Assim, é necessário demarcar perspectivas teóricas que ressaltam a responsabilidade do espaço urbano na criação de estratégias de ativismo.

Nas próximas seções, avança-se na demarcação dessas linhas gerais de interpretação, apontando abordagens úteis e limitações na análise dos ciclos de protesto. De modo geral, a sociologia urbana brasileira enfatizava a cidade como *locus* de problemas enfrentados pelas populações à margem do capitalismo global.

Temas como o acesso à cidade, a expropriação de direitos e a cidadania nas grandes metrópoles foram centrais na sociologia sobre o assunto desde os anos 1980. De que modo esses temas foram revisitados durante as chamadas “jornadas de junho”? Recentemente, a literatura sobre a sociologia urbana tem procurando também dar conta da cidade e de seus espaços como objetos de intervenção política por parte de atores da sociedade civil e de grupos de resistência contracultural. A primeira seção apresentará brevemente o modo como a literatura nacional procurou entender a problemática dos movimentos sociais e sua relação com os espaços públicos durante os anos 1980 e 1990. A segunda parte do texto procurará desvendar o modo como o espaço foi reinserido nos debates acerca das manifestações em junho de 2013. Por fim, a conclusão retoma os argumentos desenvolvidos ao longo do artigo e procura apontar hipóteses e problemas futuros de pesquisa.

Movimentos urbanos no Brasil: o debate da democratização e do período pós-Constituinte

Nesta seção apresenta-se de modo geral apenas os desenvolvimentos intelectuais em torno da “questão urbana” no Brasil dos anos 1970 até os anos 2010 durante o ciclo de junho. Esse período é marcado pelo início do processo de transição política e também pelo surgimento de grandes mobilizações em torno da “questão urbana” nas grandes cidades brasileiras. De início, o debate acerca dos movimentos sociais esteve ligado à questão da organização espacial dos movimentos sociais e sua relação com noções de democratização e do acesso à cidade. De modo bastante esquemático, é possível afirmar que a literatura nacional enfatizou, em duas levadas cronológicas diferentes, dois campos de atuação desses movimentos. A primeira linha de pesquisa,

muito influenciada pelos trabalhos de Castells (1977, 1983) e de Lefebvre (1996), enfatiza a centralidade de movimentos de reforma urbana, especialmente nas periferias. A segunda onda, por sua vez, se concentrou nas dinâmicas institucionais e semi-institucionais dos movimentos sociais, deslocando-se da questão das mobilizações para a participação dos movimentos sociais nas esferas institucionais do Estado.

Durante essa primeira onda de trabalhos, pesquisadores influenciados pela sociologia política e pela sociologia urbana enfatizaram o surgimento dos movimentos sociais como formas de resistência popular ao Estado autoritário e ao capitalismo. Esses movimentos – associados pela literatura às classes populares – eram encarados como os principais protagonistas nos processos de democratização. A partir de meados dos anos 1980, as análises se deslocaram para retratos mais detalhados das relações entre estilos de vida, autonomia, espaço social e movimentos sociais. Também nessa época, a teoria dos novos movimentos sociais despontava e se fazia sentir como fonte de inspiração. A sociabilidade urbana e suas modificações nos estilos de vida apareceram como fatores explicativos fundamentais para a compreensão das experiências políticas. De certo modo, essa primeira etapa da literatura se esforçou para entender a complexa dinâmica que conecta o espaço público, o Estado e as mobilizações (GOHN, 1990; JACOBI, 1987; NUNES; JACOBI, 1980).

A segunda etapa de estudos, por sua vez, se concentrou no modo como os sucessos e/ou fracassos da politização cotidiana dos atores foram fundamentais para a construção de práticas institucionalizadas de ação política. Nessa fase, o interesse recaiu sobre as dinâmicas da sociabilidade urbana e suas conexões com arenas institucionais de participação política. Nos anos 1990, a literatura tendeu a salientar uma suposta perda

de interesse nessas mobilizações urbanas. O deslocamento para a questão da sociedade civil toma espaço como o centro das atenções, sobretudo no que tange à possibilidade de democratização social e não apenas política da sociedade brasileira (AVRITZER, 1994). Nessa fase, os trabalhos sobre movimentos sociais urbanos vão rareando e esses atores perdem centralidade em detrimento dos atores da sociedade civil (HOUTZAGER; LAVALLE; ACHARYA, 2004). O espaço urbano, nessa segunda linha, vai sendo encarado como um espaço institucional de ações por parte de novos atores, como organizações não governamentais, associações e “articuladores” que atuam dentro da política urbana, competindo com os movimentos sociais pelo protagonismo da ação política urbana. As próximas subseções detalham cada uma dessas fases da literatura sobre a questão urbana e os movimentos sociais.

Movimentos sociais urbanos: o debate durante a redemocratização (1970-1980)

Cunhado por Castells (1977), o conceito de movimentos sociais urbanos (MSU) englobava todas as formas de mobilização centradas no enfrentamento daquilo que se convencionou chamar de “questão urbana”. No entender do autor, a “questão urbana” dizia respeito ao complexo de questionamentos políticos populares advindos da situação de radicalização das contradições urbanas de acesso e direito à cidade, que emanavam das desigualdades de acesso ao consumo coletivo. Para esses teóricos, fazia-se necessário sair do quadro dos estudos urbanos pautados pelo positivismo e pelo apelo ao realismo epistemológico. A própria questão dos espaços urbanos deveria ser tomada como produto das forças contraditórias do capitalismo, e a chamada “questão urbana” deveria ser repensada à luz dos conflitos ideológicos em torno

do poder de acesso aos equipamentos e bens coletivos da cidade. Essas contradições foram produzidas, sobretudo, a partir das relações de antagonismo social oriundas da luta de classes (CASTELLS, 1977; LEFEBVRE, 1996)¹⁰.

A literatura sobre movimentos sociais urbanos no Brasil durante a liberalização e abertura política (1974-1985) é vasta. Portanto, é incabível uma explanação mais detalhada dessas manifestações todas neste texto¹¹. Preferiu-se uma abordagem que privilegia as pretensões mais ambiciosas de teorizações mais gerais, deixando de lado as pesquisas monográficas sobre movimentos específicos, mesmo porque não cabe aqui julgar quais formas específicas foram ou deixaram de ser mais importantes para o contexto da redemocratização. Além disso, outro ponto a salientar é o fato de que poucos são os trabalhos de síntese dessa literatura após a década de 1980. Faltam pesquisas de longo prazo ou que ensejem comparações entre diferentes movimentos urbanos e o modo como tal tipo de mobilização sofreu os impactos das mudanças do contexto autoritário para o democrático. Salvo exceções como os trabalhos de Cardoso (1983) e Scherrer et al. (1987), que procuraram, ainda sob o calor da hora da redemocratização, traçar as características comuns a esses tipos de mobilização (CARDOSO, 1983; DOIMO, 1995; SCHERRER-WARREN; KRISCHKE, 1987), a ausência desse tipo de trabalho interfere na possibilidade de sínteses mais robustas

acerca das relações entre espaço e movimentos sociais urbanos.

No Brasil, autores tributários das investigações de Castells enfatizaram o caráter contraditório dos modelos de desenvolvimento econômico do Estado militar, mas também enxergaram nos movimentos sociais projetos de ação que implicariam o suporte para uma ampla reforma de redemocratização. Segundo Jacobi (1987), os MSU no Brasil compreendem as práticas políticas centradas, sobretudo, em torno das carências urbanas. Segundo Castells (1983), eis as características definidoras presentes nos MSU: a) denominam-se urbanos ou cidadãos relacionados à convivência no espaço urbano; b) são territorialmente localizados, especialmente em suas demandas e agendas políticas; c) suas demandas e identidades coletivas constroem a cidade enquanto *valor de uso* e não somente como *valor de troca*.

Em resumo, os movimentos urbanos podem ser definidos por serem organizações de movimentos autonomistas em relação ao Estado e ao mercado. Tais movimentos expõem o caráter “ideológico” e de poder inseridos nos aparatos de dominação do espaço urbano. A lógica do “planejamento urbano” e das contradições presentes no espaço da cidade são enfrentadas pelos movimentos sociais através da formação de identidades coletivas “autônomas” (CASTELLS, 1983). Foram múltiplas as experiências agregadas de mobilização política sobre o rótulo de “movimentos sociais urbanos”. A título de exemplo, listo alguns dos movimentos

10 A definição de MSU aponta na direção de “acciones colectivas conscientemente determinadas a transformar los intereses y valores sociales de una ciudad historicamente determinada” (CASTELLS, 1977, p. 21).

11 A literatura sobre movimentos sociais urbanos ganha especificidades locais quando se trata de estudos e pesquisas relacionadas a cidades específicas. Nesta resenha, o foco será dado a trabalhos de fôlego que procuraram sintetizar as teses gerais ou resumir as teses centrais acerca do tema. A lista de autores que trabalharam com movimentos sociais urbanos em diversas cidades é extensa, ainda que a literatura tenha um viés paulistano. Entretanto, isso se explica pela dimensão do crescimento urbano acelerado da cidade de São Paulo no período, bem como pela maior presença de centros de pesquisas na área. Seguem alguns dos trabalhos mais importantes da época sobre mobilizações em cidades específicas: Barreira (1982), Brant e Camargo (1980), Jacobi (1989), Machado, Porto e Vergara (1985), Moisés (1981), Santos (1977), Somarriba, Valadares e Afonso (1984). Para uma história extensa das mobilizações sociais no território brasileiro, consultar Gohn (1995).

mais analisados do período: Movimento pela Carestia (1978-1980), Movimento contra o Custo de Vida (1974-1978), Sociedades Amigos de Bairro (1947-1975), Movimento pelas Creches (1970), Movimento dos Custos de Transporte (1973-1982), Movimento pela Moradia (1974-), dentre outros. Segundo Doimo (1995), animados pelo clima de mudança produzido pela abertura política (1974-1985), os MSU deram expressão a uma nova configuração da relação entre os sujeitos políticos e o Estado, ainda que calcados na esfera territorial associativa do bairro (BOSCHI, 1987; KOWARICK, 1979; SADER, 1988).

Nesse contexto, os movimentos sociais atuavam como um espaço civil de participação. Esses movimentos de base calcados na esfera da vizinhança local se situavam no contexto de forte crescimento urbano e da participação periférica na economia capitalista mundial. Havia, portanto, para esses autores, problemas urbanos que estavam indissociavelmente ligados aos problemas da acumulação capitalista (KOWARICK, 1979). O crescimento acelerado e o desenvolvimento dependente e periférico provocaram o que Kowarick (1979) denominou “espoliação urbana”. O conceito serviu para nomear os processos de provisão seletiva dos serviços públicos que marcavam uma justaposição entre posicionamento na estrutura produtiva capitalista e desigualdade de direitos em relação à cidade¹². A exclusão social seria capitaneada justamente pela interação entre Estado e mercado de mão de obra nas grandes cidades. As elites governamentais participavam ativamente nos processos distributivos de bens e serviços públicos. Assim, o papel do Estado é fundamental na provisão de oportunidades e constrangimentos nessas

áreas. O Estado, ou melhor, certa parte das elites políticas, mantém o interesse constante de incentivar a produção e estimular o desenvolvimento – ainda que dependente –, por meio da facilitação da aglomeração da mão de obra e de sua inserção precária no mercado de trabalho (KOWARICK, 1980; MOISÉS, 1982; SCHERER-WARREN, 1993).

Não é de se surpreender que os movimentos sociais urbanos tivessem justamente no Estado seu principal alvo de protestos. A complexificação da vida urbana durante as décadas de 1960 e 1970 trouxe consigo a deterioração progressiva das condições de vida nas grandes cidades e levou a problemas graves na provisão pública dos serviços de infraestrutura, no sistema de transporte coletivo, no sistema educacional e nos serviços de saúde. Segundo Boschi (1987), embora essas associações de MSU fossem formadas com o apoio de órgãos estaduais e municipais de gestão e o apoio das comunidades eclesiais de base, o fechamento dos canais institucionais de participação popular e de discussão dos problemas enfrentados por essas populações residentes nas periferias imprimiu à rede de associações um caráter defensivo e autonomista em relação ao Estado e seus representantes (BOSCHI, 1987; JACOBI, 1987; SADER, 1988).

Contudo, outra vertente de autores passou a afirmar que essas queixas e clamores populares, por si só, não são responsáveis pela ampla mobilização em torno da “questão urbana”. A partir de meados da década de 1980 – e mesmo depois – a relação entre fatores estruturais e as mobilizações políticas foi repensada à luz da consideração das experiências sociais dos atores engajados. Outro fator importante dessa segunda leva de pesquisas é a reconsideração

12 Para Kowarick (1979, p. 34), “a espoliação urbana é a somatória de extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivos que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência das classes trabalhadoras e que agudizam ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho”.

em relação ao caráter da retórica da “autonomia” – isso porque essa fase coincidiu com a etapa mais aguda do processo de liberalização e abertura política do regime militar. Nessa fase também ocorreu o desenvolvimento de projetos de reorganização partidária popular através da fundação do PT, em 1980. Essa conexão entre movimentos sociais urbanos e o sistema partidário estava no cerne de uma estratégia “basista” de mobilização. A participação em movimentos de base “autônomos” e o engajamento partidário não entravam em contradição para os ativistas em virtude de sua capacidade de traduzir essas diferentes retóricas em estratégias de ação e de discurso diferenciadas (MENEQUELLO, 1989; MISCHKE, 2008; SADER, 1988).

Para Cardoso (1983), o que é marcante nas mobilizações em torno do urbano é justamente sua potência democratizante. As mobilizações em torno dessas demandas por serviços públicos de qualidade tiveram importância na criação de um senso cotidiano de autonomia em relação ao Estado. Para Doimo (1995), por exemplo, os movimentos populares urbanos da década de 1970 e 1980 encabeçavam o que ela chamou de “campo ético-político”, definível pelo caráter “solidarístico” das ações diretas desses movimentos¹³. As esperanças de renovação das formas de participação política deveriam ser confrontadas com a lógica consensual-solidarística interna aos movimentos sociais e com o suporte desses recursos organizacionais e identitários na resolução de problemas e carências imediatas desses atores (CARDOSO, 1983; DOIMO, 1995).

Os movimentos sociais urbanos durante a década de 1990: refluxo ou reorganização?

A literatura sobre MSU não parece ter acompanhado as novas faces da política urbana nos anos 1990, ou ao menos deixou de considerar os MSU como momento primordial desses questionamentos. Nos anos 1990, houve um suposto refluxo dos MSU; mas, de modo geral, a empolgação quanto ao tema parece ter se resfriado justamente em função da passagem do regime militar para a democracia (LAVALLE, 2011). As causas para o desânimo generalizado com os movimentos sociais ao final da década de 1980 e 1990 incluem fundamentalmente: o enraizamento clientelístico tradicionalista da política que dificultaria a não cooptação dos movimentos sociais e o enfraquecimento ou dificuldades organizacionais desses movimentos (GOHN, 1990; SCHERRER-WARREN; KRISCHKE, 1987).

Para essa nova leva de estudos, os MSU – em especial os ligados à questão fundiária e habitacional – conseguiram assegurar o atendimento de suas demandas, principalmente devido ao aumento progressivo da burocratização ou, melhor dizendo, da rotinização de práticas organizacionais no interior desses movimentos (NEUHOLD, 2009; TATAGIBA, 2010; TEIXEIRA; TATAGIBA, 2005). É nos anos 1990, por exemplo, que são criadas estruturas de agregação e a institucionalização dos diversos movimentos de bairro e de moradia antes dispersos nas áreas metropolitanas de São Paulo. Durante o final dos anos 1980 e meados dos anos 1990, o processo de institucionalização dos movimentos sociais e a

13 No entender da autora, o campo ético-político pode ser encarado como um conjunto de atores, redes e organizações civis que participam de espaços sociais marcados pela existência de “[...] uma sociabilidade comum aflorada pelo senso de pertença a um mesmo espaço compartilhado de relações interpessoais e atributos culturais [...]” (DOIMO, 1995, p. 68). O campo ético-político dos movimentos sociais facilita sobretudo a produção de ações e reivindicações orientadas em função de princípios morais. Para Doimo, movimentos sociais, portanto, não podem ser estudados como resultado de ações isoladas de um contexto normativo produzido pelos próprios manifestantes nesses campos ético-políticos.

entrada das organizações não governamentais na sociedade civil impulsionaram a criação de organizações de movimentos sociais.

Neuhold (2009) assevera, por exemplo, que essa capacidade organizacional e a criação de estruturas estatais de negociação, como o Programa de Requalificação Urbana e Funcional do Centro de São Paulo e o Pró-Centro, foram responsáveis pela abertura de novos canais de participação, o que levou a uma maior aproximação entre agências públicas e esses movimentos sociais. As ocupações no Centro, sobretudo, passam a ser assunto de setores e agências ligados ao planejamento público da cidade e não somente matéria para as burocracias repressivas policiais (NEUHOLD, 2009). Esses modelos de participação levaram Tatagiba (2010) a afirmar que a relação entre os MSU e o Estado se dá através da “combinação subalterna” entre participação e representação (TEIXEIRA; TATAGIBA, 2005, TATAGIBA, 2010)¹⁴.

Em resumo, segundo Kowarick e Rezende (2000), novos desafios e novas possibilidades de conflito social urbano ganharam forma justamente por intermédio da atuação do Estado, que agora tenta controlar ou, pelo menos, direcionar os rumos das manifestações e das ações políticas dos MSU (KOWARICK; REZENDE, 2000). As teorias mais recentes encaram de maneira extremamente crítica a relação entre Estado, espaço urbano e movimentos sociais. Para Teixeira e Tatagiba (2005), por exemplo, a aproximação entre o Estado e as políticas urbanas centradas nas classes sociais privilegiadas é responsável pela

instrumentalização da participação política e pelo esvaziamento dos sentidos da participação dos movimentos sociais. O resultado, segundo as autoras, ajudaria a entender os ciclos de mobilização e desmobilização nos anos 1990 e 2000¹⁵. Para todos esses autores citados, a relação entre o espaço urbano e os movimentos sociais passa necessariamente pelos efeitos deletérios da ação estatal. Resta entender de que modo as análises sobre movimentos sociais e os espaços urbanos se modificaram após os protestos em junho de 2013.

O ciclo de junho de 2013 e a retomada da “questão urbana”

O mês de junho trouxe consigo perplexidade. Parte da dificuldade em definir o fenômeno pode ser atribuída à rapidez com que se deu o crescimento das manifestações e à diversidade de agendas políticas apresentadas nas ruas. A bibliografia vem se tornando extensa; a disputa teórica sobre o assunto vai desde as causas estruturais dos protestos até as mudanças nas subjetividades como elementos explicativos. No entanto, o objetivo deste texto não é repassar na íntegra cada uma das hipóteses lançadas, mas sim focalizar o modo como a questão urbana foi retomada na literatura. Quais as permanências e descontinuidades nesse processo? Recentemente, esse debate vem se complexificando e ganhando novos contornos, conforme as pesquisas sobre o assunto vão tomando forma e rendendo frutos. O argumento desta seção é o de que as explicações acerca do ciclo de junho, em

14 “Numa sociedade onde as carências urbanas são agravadas pelo desemprego e pela violência, onde as possibilidades de associar-se são cada vez mais restritas, os atores sociais entram no jogo político em condições marcadamente subalternas” (TATAGIBA, 2010, p. 229).

15 “Talvez uma pista possa estar na despolíticação da participação. Analisando as falas – tanto do poder quanto da sociedade civil – parece que estamos diante de uma mesma chave de significados que remete a uma participação instrumentalizada. Os sentidos da participação para governo e movimentos parecem, em certa medida, duas faces de uma mesma moeda, à luz da qual se pode evidenciar o esvaziamento do discurso político, do qual a instrumentalização da participação nos parece mais uma das consequências” (TEIXEIRA; TATAGIBA, 2006, p. 238).

um primeiro momento, revisitaram velhas teses acerca da relação entre estrutura urbana capitalista e mobilização política, para em um segundo momento dar lugar a explicações acerca do papel dos atores coletivos na negociação simbólica das ruas como um vetor fundamental na explicação do fenômeno.

As linhas de interpretação envolvendo a questão espacial e urbana podem ser resumidas em duas vertentes específicas: 1) foco nas causas estruturais do fenômeno; 2) a presença ou ausência de certos atores coletivos nos protestos e o processo de significação simbólica dos espaços urbanos. Este texto, entretanto, não tem por objetivo recobrir a produção acerca de 2013 em toda a sua extensão, detalhando como cada município brasileiro experimentou tal processo político^{16,17}. O objetivo principal é analisar como tais linhas interpretativas foram atravessadas, intencionalmente ou não, por um corte analítico que ressaltava a espacialidade, em especial a estrutura urbana, como dimensão fundamental do fenômeno. As subseções a seguir detalham cada uma dessas interpretações, tentando captar de que modo a espacialidade urbana foi tematizada.

A questão urbana em junho de 2013: velhos temas, novos atores

Os rumos analíticos tomados pelos pesquisadores em geral se concentravam em dois

aspectos: em um primeiro momento, as mudanças na estrutura de classes e a questão da chamada “crise urbana” foram levantadas como centrais no enredo das manifestações. É conveniente salientar que ambas as noções estiveram muito associadas devido à proeminência do capitalismo como processo transformador tanto das cidades quanto das estruturas de classes. A ideia de que as manifestações deviam ser encaradas para além do tema da corrupção ou mesmo das mazelas do sistema político como um todo encontrava ressonância na representação das mobilizações dos jovens em junho, que, guardadas as mudanças geracionais, estavam intimamente relacionadas às velhas questões urbanas. O transporte público e as dificuldades de locomoção dentro das grandes metrópoles brasileiras sintetizavam o conjunto de reivindicações nas grandes metrópoles.

Um dos livros centrais lançados no período foi *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil* (HARVEY et al., 2015). Na apresentação do livro, Rolnik (2013) desqualifica o reducionismo de determinadas análises que apontavam os altos índices de corrupção, a elevada taxa de juros e a política neodesenvolvimentista de intervenção na economia como as raízes do descontentamento da população nas ruas. O livro, lançado em julho de 2013, é uma coletânea de artigos curtos, contando inclusive

16 O número de cidades participantes dos protestos cresceu rapidamente entre os dias 11 e 21 de junho. Mesmo depois do anúncio da revogação do aumento dos preços das passagens em São Paulo e da redução preventiva ou voluntária de determinadas prefeituras, a quantidade de cidades com manifestações foi assombrosa. No dia 21 de junho, por exemplo, a pesquisa realizada pela Confederação Nacional de Municípios mostra que 438 cidades tiveram eventos de protesto. Os eventos também não se limitaram ao território nacional. Brasileiros em diversas cidades fora do país também organizaram protestos. Segundo o jornal *O Globo*, cerca de 50 cidades fora do território brasileiro experimentaram episódios de apoio às manifestações no Brasil. Fontes: LEAL, A. Quase 2 milhões de pessoas participam de manifestações em 438 cidades. *Agência Brasil*. Disponível em: <<https://goo.gl/WYbGyA>>. Acesso em: 15 jun. 2013. CALAZANS, R. *Brasileiros de 25 cidades do mundo realizam atos de solidariedade aos protestos*. Disponível em: <<https://goo.gl/9y9B5F>>. Acesso em: 15 jun. 2013.

17 Os dados e as análises de junho também mantêm forte viés centrado em estudos de caso nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. As cidades-sede da Copa do Mundo também foram enfocadas em alguns estudos. Para detalhes sobre as manifestações em cidades específicas, consultar Barreira (2014), Chauí (2013), Livre (2013), Losekann (2013), Moreira (2014), Moreira e Santiago (2013), Ricci e Arley (2014) e Tavares, Roriz e Oliveira (2016).

com um dos textos assinados pelo MPL/SP. Em sua maioria, os textos destacavam o espaço urbano como o objeto de disputas políticas em torno do direito de acesso à cidade.

Rolnik (2013) aponta que a questão urbana de mobilidade e a agenda de sua reforma foram abandonadas pelo poder político dominante, tendo se dado em razão de coalizões de um modelo de desenvolvimento neoliberal. A autora acredita que a mobilização contra o aumento da tarifa, convocada pelo MPL, é decorrente de um processo de constituição de uma nova geração de movimentos urbanos que foram se articulando em redes amplas de participação local. Nas palavras da autora:

Entretanto, não se compra o direito à cidade em concessionárias de automóveis e no Feirão da Caixa: o aumento de renda, que possibilita o crescimento do consumo, não “resolve” nem o problema da falta de urbanidade nem a precariedade dos serviços públicos de educação e saúde, muito menos a inexistência total de sistemas integrados eficientes e acessíveis de transporte ou a enorme fragmentação representada pela dualidade da nossa condição urbana (favela *versus* asfalto, legal *versus* ilegal, permanente *versus* provisório). A “fagulha” das manifestações de junho não surgiu do nada: foram anos de constituição de uma nova geração de movimentos urbanos – o MPL, a resistência urbana, os movimentos sem-teto, os movimentos estudantis –, que, entre “catrações”, ocupações e manifestações foram se articulando em redes mais amplas, como os Comitês Populares da Copa e sua articulação nacional, a Ancop. (ROLNIK, 2013, p. 6).

Outros autores que enfatizaram a questão urbana como ponto central argumentaram muito acerca dos avanços dúbios na política urbana brasileira nos últimos trinta anos. O livro segue essa mesma tônica, recuperando o nexos que conecta Estado, capitalismo e movimentos sociais no contexto urbano. Para Maricato (2013), os velhos problemas urbanos não foram suficientemente sanados pelas políticas dos governos petistas. Para a autora, as transformações no espaço urbano, somadas

à radicalização de problemas congêntos de governança das cidades, foram responsáveis pela perda de vitalidade dos movimentos sociais. Desse modo, segundo a autora, os movimentos em junho atuam como uma resposta espontânea, radical e direta a um campo político profundamente estagnado. Maricato usa a metáfora da cidade formal *versus* a cidade informal para retratar as dificuldades e as contradições do processo participatório nas políticas urbanas. O tema da “crise urbana” renova o vocabulário em torno dos movimentos sociais urbanos, que agora deixam de serem nomeados como tal, mas ainda são pensados em torno do maquinário conceitual da relação entre urbano e política (MARICATO, 2013; MARICATO, 2015; SCHERER-WARREN, 2014). As contradições urbanas, conceito reminescente das teorias dos anos 1980, estão na base das mobilizações em junho de 2013, para alguns autores. Segundo a autora:

O coração da agenda da reforma urbana, a reforma fundiária/imobiliária, foi esquecido. Os movimentos sociais ligados à causa se acomodaram no espaço institucional em que muitas das lideranças foram alocadas. Sem tradição de controle sobre o uso do solo, as prefeituras viram a multiplicação de torres e veículos privados como progresso e desenvolvimento. Certa classe média viu suas possibilidades de galgar à casa própria aumentarem, especialmente graças às medidas de financiamento estendido e à institucionalização do seguro incluídas no Minha Casa, Minha Vida. (MARICATO, 2013, p. 20).

Outros autores, como Castro, Leão e Welters (2014) por exemplo, ressaltam a ambiguidade nas políticas do setor durante o governo Lula como principal fator causal. Para eles, a ausência de uma reforma urbana profunda afetou negativamente a possibilidade de ascensão social de milhões de jovens, frustrando expectativas e negando oportunidades de acesso à cidade. Em resumo, o trinômio formado por Estado, estrutura urbana e capitalismo predatório globalizado seria o culpado pelas ilusões baldadas

de mobilidade social – argumento similar à literatura dos anos 1970 e 1980 acerca da redemocratização. Nesse ínterim, os autores veem com pessimismo os programas de revitalização da estrutura urbana no Brasil:

As demandas expressas nas manifestações de junho trazem à tona um conjunto de problemas que assolam as nossas metrópoles há tempos. Em primeiro lugar, o transporte público caro e de má qualidade, num contexto que privilegia o uso das vias pelo transporte individual, mais poluidor e grande responsável pelas dificuldades de mobilidade urbana. Não basta reduzir preços de passagens [...]. Apesar dos avanços legais obtidos com a Constituição de 1988, o Ministério das Cidades (2003), do Estatuto da Cidade (2001) e, mais recentemente, do Projeto de Lei nº 3.460, de 2004, que cria o Estatuto da Metrópole (tramitando na Câmara dos Deputados), a falta crônica de crescimento e a corrupção conjugaram para comportamentos frouxos ou lenientes relativos ao espaço público e o lugar das decisões privadas. Mais ainda, decisões, absolutamente defensivas, visando promover investimentos e/ou proteger empregos do setor automobilístico, praticando formas variadas de renúncia tributária, acabaram contribuindo para implantar mais e mais o caos urbano e a péssima qualidade do transporte público, além de fragilizar os governos locais e favorecer seu aprisionamento pelos grandes interesses econômicos. (CASTRO; LEÃO; WELTERS, 2014, p. 91-96).

Em resumo, junho de 2013 era uma novidade, mas a raiz das demandas expressas eram velhos problemas. Antigos atores coletivos, cooptados ou não, ainda faziam parte do campo político. Isso não significa que as teses foram recauchutadas e aproveitadas sem avaliação crítica – pelo contrário: os autores retomam argumentos, mas ressaltam

importantes transformações. A novidade era decorrente de mudanças geracionais associadas a novos problemas urbanos criados pela aceleração da globalização. Os autores eram quase unânimes ao ressaltar que as continuidades nos padrões de política urbana não explicavam sozinhas a novidade de junho. Velhas questões, como a segregação espacial nas grandes metrópoles, vieram a se somar a novos projetos de intervenção urbanística, como as operações consorciadas, a privatização dos espaços, mas, principalmente, os megaeventos. A Copa das Confederações, a Copa do Mundo e as Olimpíadas vieram acompanhadas de projetos políticos de grande impacto no espaço urbano¹⁸.

Vainer (2013), por exemplo, contrasta a cidade rebelde com a cidade neoliberal. De um lado, a cidade em suas insurgências escrita nas trilhas da vida cotidiana; de outro, a cidade circunscrita e voltada exclusivamente para os meganeócios. Segundo o autor, o percurso que conecta estrutura urbana e protestos passa necessariamente pelos megaeventos e pelo processo de repressão policial das mobilizações políticas que questionam esses projetos (VAINER, 2013). Os megaeventos *radicalizam* problemas estruturais, evidenciados na interferência do capital dentro das cidades:

A cidade dos megaeventos precipita, intensifica, generaliza a cidade de exceção e a democracia direta do capital. A Fifa e o COI, verdadeiros cartéis internacionais associados a corporações nacionais e interesses locais, recebem do governo da cidade: isenções de impostos, monopólio dos espaços publicitários, monopólio de equipamentos esportivos resultantes

18 A Copa das Confederações, evento esportivo realizado em 2013, era vista como preparação, por parte dos órgãos internacionais como a Federação Internacional de Futebol (FIFA), de entidades governamentais e de personalidades brasileiras ligadas ao esporte, para os jogos da Copa do Mundo em 2014. O Brasil foi escolhido ainda durante o mandato do então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em 3 de junho de 2003. A escolha das 12 cidades-sede, que viriam a ser palco de intensos protestos em 2013, aconteceu em 2009. Fontes: FIFA OFICIALIZA Brasil como sede da Copa do Mundo-2014. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 30 out. 2007. Disponível em: <<https://goo.gl/zdyYYq>>. Acesso em: 15 jun. 2017; BRAZIL 2014 host cities confirmed. FIFA. Disponível em: <<https://goo.gl/whKbn4>>. Acesso em: 15 jun. 2017. Para mais informações sobre as controvérsias políticas em torno da Copa do Mundo e sua realização no Brasil, consultar Maricato (2014).

de investimentos públicos. São neoliberais, mas adoram um monopólio. (VAINER, 2013, p. 37).

Essa linha de argumentação levanta a questão entre cidades, globalização, sociabilidade e mudança política. O tema da estrutura urbana não se dissocia do seu contexto internacional. A literatura sobre o assunto era marcada pela ênfase nos processos globais de mudança na governança urbana como fator nodal na explicação dos conflitos modernos nas cidades brasileiras.

Caldeira (2015), por exemplo, em um artigo curto para o *Open Democracy*, retoma o tema da cidade como alvo prioritário de disputa política. Entretanto, a autora faz ligação com as mudanças globais nos padrões de governança urbana. Segundo Caldeira (2015), os processos de globalização estão estreitamente vinculados ao aumento da segregação urbana nos países periféricos. Tais fatores somados são apontados como causas fundamentais da revolta dos jovens nas grandes cidades. A autora argumenta que os protestos nas cidades brasileiras compartilham características com diversas mobilizações presentes em várias partes do globo. Ciclos de protestos diversos, como os Indignados, na Espanha, o Occupy Wall Street, em Nova York, a Primavera Árabe, no Oriente Médio, e a Praça Tahir, na Turquia, são facetas do mesmo fenômeno global que coloca as cidades como palco de disputas entre os que a usam como valor de uso e o poder econômico que as vê como valor de troca. O foco não residia unicamente nas manifestações de junho, mas demarca a inclusão dos protestos brasileiros em um contexto transnacional de revolta e resistência contra transformações urbanas em larga escala (CALDEIRA, 2015).

A autora aponta traços em comum, como o uso da internet, a organização espontânea e difusa das redes de movimentos, a capacidade de atrair vários manifestantes, a diversidade de

atores, a confecção artesanal de cartazes e pôsteres e, por fim, a forte presença da juventude nas ruas. As redes sociais, argumenta Caldeira, ajudaram jovens das periferias urbanas, os maiores prejudicados da segregação, a transporem as barreiras cotidianas no que tange à expressão de demandas políticas. Assim, a autora argumenta que as ruas foram uma extensão de descontentamentos que já circulavam no universo das redes sociais:

A experiência de deslocar-se no trânsito é sofrida para todos, e a inconveniência de usar o transporte público completamente lotado – ônibus, vans e metrô – é uma reclamação constante das milhões de pessoas que viajam diariamente. A internet tem sido usada há muito tempo como um espaço para expressar e compartilhar frustrações. Qualquer um que acompanhe o Facebook e o Twitter com frequência sabe que as pessoas paradas nos imensos congestionamentos usam seus celulares para postar mensagens como: “na droga do ônibus: ficou parado por 15 minutos!”, “Chegarei atrasado ao trabalho DE NOVO”, “Ah não! Agora parou para um deficiente: me atrasarei mais ainda”. E assim continua, um site para reproduzir frustrações e um espaço para expressar preconceito e intolerância, às vezes por meio de termos cruéis e vulgares. (CALDEIRA, 2015, p. 133, tradução nossa).

Essa onda de indignação global ecoa em diversos projetos de tomada da cidade como um espaço para negócios. A crítica aos megaprojetos apareceu em meio a muitas palavras de ordem dos manifestantes e serviu de fio condutor de análises, conectando o global e o local nas cidades. Já a cidade, como objeto central de política de desenvolvimento econômico pautado pelo capital internacional, ganha centralidade. As operações urbanas consorciadas nas grandes metrópoles brasileiras, os grandes projetos de revitalização urbana, a privatização acelerada dos espaços públicos, o aumento do processo de segregação, a violência policial nas periferias – todos esses fatores somados foram retomados como facetas diversas da crise urbana e das constantes mobilizações culminantes em junho de 2013. Para os autores

citados, a cidade e a estrutura urbana eram vistas como um conjunto de materialidades. De certo modo, essa linha de pesquisa retoma os desenvolvimentos pós-marxistas presentes nas análises dos anos 1980. A cidade e suas mobilizações políticas enquanto objetos de reflexão são enquadrados em um repertório conceitual que retrata o espaço como materialidade. O espaço urbano é um produto de processos sociais mais gerais, como o capitalismo e a ação do Estado. Por sua vez, a cidade atua como um conjunto de condições pelas quais os atores acessam ou não determinados bens. Tais carências urbanas acarretam diversas demandas políticas capazes de se cristalizar em organizações, associações, movimentos sociais e outros tipos de atores coletivos.

O foco está nas demandas dos movimentos e como elas foram causadas por esses processos sociais acima levantados. Esse percurso analítico acaba por retratar junho de 2013 como sendo um conjunto de mobilizações com atores mais ou menos parecidos. A variação das agendas políticas e dos grupos que as encabeçam é resumida no mote da questão urbana. Essas leituras partem do pressuposto de que a caracterização das mobilizações em 2013 deve começar a partir do reconhecimento de um conjunto de manifestações de repúdio à invasão da lógica capitalista à gestão das cidades.

Tais análises concentraram suas energias em torno das demandas do MPL e de grupos políticos de contestação à gestão urbana e construíram um quadro interpretativo voltado para a identificação das relações entre expropriação urbana, privatização dos espaços públicos e os protestos em prol da “qualidade de vida na cidade” (HARVEY et al., 2015). Essas tradições de interpretação descendem de um longo histórico na sociologia urbana brasileira. Elas reafirmam os estudos dos anos 1970 e 1980 acerca da relação entre urbanização desordenada, espoliação urbana e os movimentos sociais.

Nesses trabalhos, os movimentos sociais são encarados como ensaios virtuosos de democracia participativa. A questão acerca dos processos de súbito crescimento nas atividades de protesto é respondida por meio do recurso à rebeldia e a uma linguagem que chega quase a remeter à ideia de revolução. Isto é, junho seria a expressão daquilo que se chamou “cidades rebeldes”. A mudança nas formas de ação e no ritmo repentino com que as ruas foram tomadas é fruto de mudanças geracionais e formas diferenciais de relacionamento dos jovens com a política. As cidades no capitalismo neoliberal contemporâneo seriam espaços verticalizados clivados pela divisão única entre governantes e governados. O mérito dessas abordagens reside em chamar a atenção para a relação entre gestão urbana e mobilizações políticas, tal como a literatura nos anos 1980 fazia (HARVEY et al., 2015).

Entretanto, a literatura nacional mais recente se concentrou fundamentalmente na importância da diversidade de atores, práticas, repertórios de confronto e identidades coletivas. A heterogeneidade de junho dá lugar então, segundo esses autores, a distintas interpretações do “direito à cidade” na construção do fenômeno “junho 2013”. Para muitos estudiosos, o fenômeno de junho foi marcado pela unanimidade dos atores presentes nos eventos. O MPL e, em menor extensão, os comitês populares da Copa eram tidos como atores coletivos que resumiam uma série de *novos movimentos sociais urbanos*. Contudo, essa visão não era unânime. Para autores como Antunes (2013), Braga (2013) e Singer (2013) era de extrema premência demarcar qual o posicionamento na estrutura social desses atores em relação com suas agendas políticas. Para Singer (2013), por exemplo, havia uma multidão de atores coletivos com diversas agendas políticas, além, é claro, dos manifestantes avulsos que lotaram as ruas em 2013. Segundo o autor, o espaço urbano foi

tomado como um cruzamento de ideologias diversas; havia um corte que posicionava os atores em espectros ideológicos distintos, cada um dos quais favorecendo agendas específicas. Para ele, a questão urbana não aparece como uma agenda que resume ou que dominava as manifestações de junho, mas era pautada, sobretudo, por setores ligados aos movimentos sociais tradicionais e a atores coletivos situados mais à esquerda. Por outro lado, a direita encabeçava uma ala mais voltada para o combate à corrupção e para o enxugamento do Estado. Agendas opostas, grupos antagonísticos. O que dinamizava as manifestações em junho era justamente a presença de um conjunto amplo de pessoas, vagamente posicionadas num “centro” ideológico capaz de unir a crítica aos gastos excessivos a favor dos megaeventos e a crítica ao Estado. Desse modo, ele afirma:

Penso, portanto, que a direita trouxe para a segunda fase das manifestações o problema da corrupção e a esquerda, o das iníquas condições de vida urbana, produzindo um cruzamento ideológico que se compôs, em alguma medida, com a mistura de classes [...]. Mas o realmente novo foi a atuação do centro, o qual teve a vantagem de poder assumir uma e outra bandeira, bradando simultaneamente contra os gastos públicos privatizados pelo capital e contra a corrupção. Funcionou, assim, como uma espécie de inesperado generalizador do programa espontâneo das ruas. (SINGER, 2013, p. 36).

A diversidade de atores fica explícita em uma série de trabalhos. Para Alonso e Mische (2017), as demandas não seriam o único vetor de diferenciação dos atores. Formas de ação, inclusive de ocupação do espaço da cidade, demarcam fronteiras entre grupos distintos. Gohn (2013) também ressalta que, embora houvesse uma unidade em torno de reivindicações contra serviços públicos de má qualidade nas cidades brasileiras, o que diferencia esses atores são novos processos de subjetivação – processos esses conectados com mudanças na geopolítica global capazes de provocar novas

formas de sociabilidade nas cidades. Nessa linha de argumentação, os espaços urbanos aparecem como espaços significados e simbolicamente negociados entre múltiplos atores em confronto. É a esses atores que me dedico na subseção a seguir (ALONSO; MISCHÉ, 2017; GOHN, 2014).

Esses paradigmas dão um panorama diferente dos eventos de protesto de 2013, já que rejeitam a designação de um ciclo unificado de demandas e grupos. A política no interior da cidade é pautada pela disputa entre diferentes atores coletivos, comportando grupos urbanos divergentes que vão além da distinção simples entre elite e o “resto”. A cidade se constitui como um espaço em que múltiplos atores se posicionam de modo diferencial em relação ao que a cidade significa politicamente. Além disso, para esses atores, sem negar completamente a importância dos realinhamentos políticos para o desenlace do ciclo de protesto de 2013 ou o papel da “crise urbana” e suas relações com os movimentos sociais, é importante atentar para o longo desenvolvimento de redes especializadas de movimentos sociais.

Da questão urbana às questões urbanas: dramaturgia cidadã e protestos

Nessa esteira que valoriza o modo como os atores negociam o espaço urbano, os autores se demoram mais na descrição dos atores coletivos envolvidos no processo de junho, destacando, também, que junho não pode ser visto como um fenômeno espontaneísta e repentino. Contudo, em vez de depositarem suas esperanças analíticas em fatores estruturais, como a política urbana e a globalização – de longo e médio prazos – como desencadeadores, essa vertente tende a conceder primazia aos processos de formação dos atores coletivos. A tônica recai na construção das identidades coletivas, na organização desses movimentos e na promoção de enquadramentos simbólicos mobilizadores

pelos atores. A política não decorre somente das ruas, mas também *se dá* nas ruas. O processo simbólico e político de construção dos espaços urbanos é trazido ao centro do palco.

Nesse sentido, autores como Dowbor e Szwako (2013) sublinharam o modo como os protestos podem ser encarados por meio do uso metáforas espaciais e dramáticas. Argumentam os autores que tal arsenal teórico pode ser empregado de modo profícuo na descrição do fenômeno de junho de 2013, já que permite compreender o fio que conecta o cotidiano político à situação do protesto propriamente dita. Ao analisar a atuação do MPL e da rede de movimentos dos comitês populares da Copa, principalmente no Rio de Janeiro, os autores pontuam que, nos “bastidores”, determinados saberes técnicos, experiências vividas, práticas e identidades coletivas são elaborados para depois serem aplicados nos “palcos” de confronto político e nas performances públicas de vocalização de agendas. Fazendo uso do arsenal conceitual goffmaniano, os autores demarcam os processos de mobilização como sendo efeitos de passagens que os ativistas fazem entre diversos domínios, lugares enraizados que vão dos “bastidores” dos protestos passando aos “palcos” nas ruas. Para os autores, os bastidores dos movimentos sociais dizem respeito às formas internas de deliberação, ao passo que os palcos correspondem às facetas visíveis de atuação dos movimentos sociais (DOWBOR; SZWAKO, 2013).

A noção de bastidores é crucial e guarda uma relação óbvia com os espaços em que os ativistas interagem. A faceta visível dos movimentos sociais nos espaços públicos é resultado do trabalho cotidiano de construção invisível nesses espaços afastados das retinas dos transeuntes das cidades. Ao falar da construção do MPL em Salvador e em Florianópolis, os autores salientam a importância desses espaços. A construção de fóruns, debates e seminários de discussão, realizados por grêmios estudantis,

foram os responsáveis pela criação de um clima de “espontaneísmo” nas mobilizações dos estudantes nessas duas capitais (DOWBOR; SZWAKO, 2013).

Os estudos de caso dos comitês populares da Copa e do MPL demonstram que, nos bastidores, determinados “roteiros” de atuação nas ruas são dramatizados e ensaiados. Esses espaços permitem que a elaboração discursiva seja realizada posteriormente nos espaços públicos. Por meio de análise documental, os autores procuraram entender o fio condutor que vai dos bastidores ao espetáculo público dos protestos. Ao narrar um protesto do comitê popular em São Paulo, procuram demonstrar como os movimentos sociais passam dos bastidores às vitrines públicas no espaço da cidade e como tais espaços são constantemente negociados enquanto *cenários* de uma dramatização política.

Um protesto em São Paulo mostra essa dinâmica. O CPC [Comitê Popular da Copa] de São Paulo convocou um “grande ato” para o dia 1º de dezembro de 2012, data do sorteio das chaves da Copa das Confederações da Fifa em São Paulo. O evento ocorreu de acordo com o *script* estabelecido durante as reuniões preparatórias, abertas a todos os interessados. Os manifestantes marcharam pacificamente pelas ruas cujo trajeto foi definido com antecedência, passando perto do local do sorteio, no Centro de Convenções Anhembi, mas forçaram sua entrada no local. O contraste entre o tom pacífico da manifestação e os dizeres dos cartazes é dramático: “genocídio”, “assassinato”, “repressão”, “morte”, “remoções”. As expressões e frases repetidas pelos participantes – “polícia mata”; “tempo de guerra”, “tempo sem sol”; “Copa para quem?” ou “A nossa luta não vai parar até a gente tomar conta dessa cidade” – traduzem e vocalizam o drama. A polícia protegeu a manifestação, delimitando o espaço para seu trajeto contra o trânsito. O “grande ato” foi palco das manifestações nas quais se consubstanciava a dramaticidade dos processos de violação dos direitos humanos. (DOWBOR; SZWAKO, 2013, p. 51).

Na esteira das metáforas teatrais, Solano, Manso e Novaes (2014), do mesmo modo, analisaram as ruas como um cenário sobre

determinados dramas sociais, que são espacializados e encenados. Dessa vez, o enfoque recaiu sobre a atuação de grupos que se utilizavam das táticas *black blocs* como prática de contestação nos espaços públicos. Os autores destacam que “a estética tem importância” (SOLANO; MANSO; NOVAES, 2014, p. 5). A ideia central para os autores é a de que a violência contra objetos e espaços físicos na cidade não deve ser retratada pura e simplesmente como violência. Trata-se sobretudo de uma violência com determinações políticas. A cidade é a causa, mas, sobretudo, o *meio* pelo qual esses manifestantes efetivam um discurso político. Por meio de etnografias e entrevistas em profundidade, os autores tentaram compreender de que modo os praticantes da tática *black bloc* conferiam sentido ao que faziam:

A depredação é performática. Tudo o que seja diferente disso não é Black Bloc. Pode levar máscara, ir de preto, mas não é Black Bloc. Pode se dizer Black Bloc. Não é. Se depredar pequeno comércio, se queimar um carro popular, ou tacar pedra numa pessoa qualquer caminhando pela rua, roubar, assaltar, não é Black Bloc. Essas eram as respostas. As categorias “teatro”, “chamar a atenção”, se repetiriam em outras conversas, além desse dia 25 de janeiro, deixando claro que o Black Bloc se apropria da ação direta daquela “violência simbólica” como se esta fosse uma linguagem específica. Durante o depoimento dos dois, eu ia refletindo sobre o ritual das manifestações. (SOLANO; MANSO; NOVAES, 2014, p. 78).

Os *black blocs* não depredam o espaço urbano de modo indiferenciado. Essa é a mensagem. Esses jovens procuram comunicar algo. A metáfora teatral serve para realçar o modo como a cidade é encarada como palco em que todos são ao mesmo tempo audiência e atores. Resta saber quais são as mensagens políticas inseridas no cotidiano urbano. Para esses autores, essas mensagens só podem ser desvinculadas com o exame minucioso do universo simbólico em que esses diversos atores estão inseridos.

A cidade como palco de conflitos é, por sua vez, palco de suas próprias resistências.

Nesse sentido, esses autores apontam que a própria cidade passa a ser “ocupada” em diversos sentidos. Todos esses autores citados destacam a ocorrência de movimentos, em sua maioria sem lideranças rígidas ou identificáveis, concluindo que a voz das ruas não é uníssona e, portanto, também não é o modo como esses atores simbolizam a cidade. O espaço urbano não é encarado mais apenas como um apanhado de estruturas materiais. A questão cultural dentro do urbano ganha novos contornos com formas variadas de ocupação de edifícios e locais abandonados pelo poder público. Viana (2013), por exemplo, procura retratar como a cidade é um local de guerras de significados. Para a autora, o modo como a cidade é negociada simbolicamente é fundamental para a compreensão dos sentidos que os atores coletivos conferem às manifestações. A classificação midiática entre “baderneiros” e “pacíficos” remonta justamente à produção e à difusão de uma visão hegemônica de “ordem urbana”.

O foco dos autores apresentados reside na ideia de que a política é feita na interação simbólica entre os atores entre si e também nos espaços urbanos que mediam tais interações. Contudo, tal conjunto de ideias não exclui a visão de determinados processos sociais mais amplos, para além das esferas interacionais ou organizacionais dos atores coletivos.

Para alguns pesquisadores, existe uma geopolítica do espaço intimamente relacionada aos processos de junho. O ciclo de confronto em 2013 é, portanto, um efeito da conjuntura política global. Desse modo, para Bringel e Players (2015), a discussão em torno do ciclo de junho de 2013 – tanto quanto as manifestações de 2015 – deve necessariamente enquadrar a questão da geopolítica dos protestos na era da globalização. Para eles, os protestos que agitaram as ruas e as cidades brasileiras nos últimos anos responderam a processos

transnacionais de difusão do descontentamento. Trata-se daquilo que os autores denominam de “geopolítica da indignação global”. Na era global e com a difusão de meios mais rápidos de comunicação, como a internet, novas sociabilidades brotam no espaço urbano. Para esses autores, a sociologia dos movimentos sociais deve atentar para o modo como as geografias do protesto interagem com os diferentes sentidos políticos que os atores constroem nos espaços físicos e também nos espaços virtuais (BRINGEL; PLEYERS, 2015).

Por meio de entrevistas e etnografias, Bringel (2013a, 2013b) afirma que três pontos devem ser reforçados na ideia de geopolítica da indignação. Em primeiro lugar, a experiência da indignação no Brasil, construída por meio das interpretações individuais de ativistas a partir da circulação de ideias, identidades políticas, slogans e imaginários coletivos. Esse quadro individualista de produção simbólica das agendas decorre da falta de espaços de colaboração em fóruns transnacionais que permitam formular o que o autor chama de “internacionalismo movimentalista”. Em segundo lugar, a nacionalização dos protestos em junho de 2013 foi responsável pelo avivamento de uma política ativista de direita. A utopia do “Brasil melhor” que estava dada na crítica à ineficiência estatal deslocou os sentidos políticos de junho da esquerda para a direita. Por fim, Bringel (2013a, 2013b) salienta que as escalas de ação e significação foram referenciadas no nível nacional, mas que produziram um circuito de referências simbólicas tanto locais quanto transnacionais. A conexão entre o global e o local, entretanto, não deve recair no provincianismo metodológico responsável por exagerar a criatividade e a novidade das resistências locais. Bringel (2013a, p. 23) adverte que:

Isso é importante para a composição de um mapa mais diverso sobre as mobilizações recentes no Brasil. Além

do mais, essas especificidades locais revelam também tendências diferentes no perfil das reivindicações e na composição social dos manifestantes. Isso leva a que, por exemplo, certos grupos que não estavam presentes em São Paulo ou em Ribeirão Preto atuassem no Rio ou em São Gonçalo e vice-versa; mas também a que as correlações de forças variem de acordo com os lugares. Apesar disso, esse acento nos lugares não pode levar a um provincianismo nem a um localismo interpretativo. Por um lado, é importante captar os impactos diferenciados das mobilizações em cidades com maior capacidade de influir na delimitação de cenários e na relação de forças (casos, por exemplo de Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília). Um exemplo disso é que, apesar de que os protestos pelo Passe Livre, a redução das tarifas e o transporte público aconteceram desde o início de 2013 em diversas cidades brasileiras, o levante de junho teve como estopim os acontecimentos de São Paulo. Por outro lado, apesar de um grau cada vez maior de localização, as ações coletivas contemporâneas dificilmente são localistas, tecendo sempre uma articulação entre escalas, construídas socialmente pelos atores.

Resumindo, para Bringel, é fundamental compreender a escalada de ciclos de protesto também como efeito da construção de territórios politizados. Ativistas e outros grupos políticos constroem territórios políticos definidos. De que modo a dimensão espacial está presente no ativismo contemporâneo é um dos problemas fundamentais a ser explicado na evolução dos ciclos de protesto.

Trabalhando na esteira entre o global e o local nas manifestações de junho e o modo como os espaços urbanos foram ressignificados, também pode ser citado o trabalho de Ricci e Arley (2014). Ambos salientam que os protestos do Brasil guardam em comum com outros episódios de mobilização determinado conjunto de traços constitutivos. Os autores salientam que há um novo padrão de protesto marcado por: 1) as redes sociais virtuais; 2) a violência policial e o controle da ordem urbana como estopim; 3) o protagonismo juvenil nas lideranças dos grupos mobilizados; 4) a transmissão televisiva ao vivo dos protestos, dramatizando os eventos; 5) os sentimentos e as retóricas da indignação

contra poderes governamentais e econômicos constituídos; e, por fim, 6) a ocupação de praças e edifícios públicos e outros espaços urbanos política e simbolicamente relevantes como estratégia privilegiada de mobilização (RICCI; ARLEY, 2014).

Os autores concluem que tais traços deram uma tônica diferente comparada às manifestações do século XX. Diferentemente de Bringle e outros, para esses autores as mobilizações contemporâneas nem sempre se cristalizaram em movimentos sociais como formas organizacionais privilegiadas. Eles defendem que essas mobilizações também contam com formas organizacionais enraizadas na ressignificação dos espaços públicos. Ainda que nem sempre se constituam como organizações permanentes, ou pelo menos duradouras, esses grupos constroem redes de indignação que procuram não somente reinterpretar os espaços da cidade, mas também se apropriar ativamente dele. Por meio de análise documental e observação participante com grupos e movimentos sociais em Belo Horizonte, os autores tentaram mapear os atores coletivos e a diversidade de práticas de intervenção urbana – práticas estas que iam além do cenário do protesto propriamente dito.

Nesse sentido, ressaltam que a atuação do Comitê Popular da Copa de Belo Horizonte, por exemplo, foi marcada pela tentativa de articulação de diversos coletivos e em diversas “arenas” de atuação: pesquisas sobre a situação urbana, fóruns, debates e ações de intervenção direta em comunidades afetadas pelas obras da Copa. A construção da ação do comitê e de outros grupos era pautada por especificidades locais dentro da cidade de Belo Horizonte, tal como a campanha pela volta do feijão tropeiro nas imediações do Mineirão, bem como o uso da tática *black bloc*. A cidade tal como concebida pelos ativistas, segundo os autores, é um espaço de construção política por si mesmo. Por fim, diferente de outros autores citados,

Ricci e Arley (2014) enfatizam mais a relação entre espaço urbano e crise de representação. Diversos autores já haviam pontuado o processo político pouco representativo como sendo um dos elementos centrais para a consolidação de mobilizações que se diziam “autônomas” e que rejeitavam a legitimidade de partidos políticos (GOHN, 2014; SINGER, 2013). Para Ricci e Arley (2014), a cidade é apropriada justamente em função de seu papel como espaço de encenação de tradições políticas locais, mas também como forma de contestação de uma ampla crise de representação política. Por fim, os autores questionam o papel excessivo dado às redes virtuais sem a devida atenção ao modo como redes físicas e virtuais operam no ativismo urbano.

Conclusão

O objetivo deste texto foi trazer à baila o modo como a espacialidade urbana foi tematizada. Argumentou-se que determinados temas e argumentos da sociologia urbana e política nos 1980 permaneceram nas análises acerca do fenômeno das mobilizações em 2013. A “questão urbana”, assunto extremamente debatido nos anos 1980, foi a base para a inauguração do estudo dos movimentos sociais no Brasil. O Estado militarizado nos anos 1960 e 1970 e as estratégias neodesenvolvimentistas de crescimento capitalista foram responsáveis pela exclusão de uma massa considerável da população urbana e do agravamento das condições de vida nas grandes metrópoles. A questão urbana em diversos sentidos era encarada por diversos autores como um ponto estruturante das demandas e das agendas políticas que impulsionaram a crítica e a contestação ao regime militar no Brasil durante os anos de abertura política (BOSCHI, 1987; KOWARICK, 1980; MOISÉS, 1982; SADER, 1988). Se num primeiro momento as análises procuraram mapear as condições de emergência

desses processos de mobilização por meio das condições materiais, num segundo instante as experiências culturais foram mobilizadas para explicar a emergência desses novos atores coletivos. A partir dos anos 1990, a sociologia dos movimentos sociais declinou e a ênfase recaiu em outros tipos de atores coletivos. O foco nesse período estava no estudo da institucionalização – e, em alguns casos, da cooptação – dos movimentos sociais à estrutura institucional do Estado recém-democratizado.

O surto repentino de mobilizações parece ter tomado de assalto a conjuntura política e intelectual. Abundaram explicações sobre o fenômeno logo após os eventos daquele mês. A análise proposta no texto afirma que a espacialidade urbana foi objeto central em muitas pesquisas desenvolvidas desde aquele mês. O modo como o espaço urbano foi enquadrado nas interpretações decorreu não somente das agendas e dos slogans exibidos pelos próprios manifestantes, que exibiam cartazes contra a baixa qualidade dos serviços públicos. Os movimentos sociais que saíram às ruas protestavam contra as contradições entre a infraestrutura padrão Fifa para os estádios que sediariam os jogos da Copa do Mundo 2014 e as deficientes estruturas de serviços públicos nas cidades brasileiras. De um lado, uma vertente mais conectada à materialidade das condições de vidas nas grandes metrópoles enfatizava as carências urbanas como elementos centrais na formulação das agendas políticas expressas pelos movimentos sociais. Por outro, uma segunda vertente procurou dar conta sobretudo dos atores coletivos envolvidos, em especial no processo de elaboração política e simbólica dos espaços urbanos – processos esses que estariam por trás das mobilizações.

Ambas as interpretações concedem espaço à questão do urbano, especialmente nas grandes metrópoles, mas diferem em alguns pontos. A vertente mais estrutural, por

assim dizer, encarava os problemas urbanos na média duração e em problemas históricos já arraigados nas cidades brasileiras. A metodologia e os dados utilizados eram muitas vezes sobre as condições estruturais nas grandes metrópoles. Por sua vez, a vertente mais centrada nos atores privilegiava sobretudo o modo como a produção simbólica da indignação coletiva se dava. Desse modo, as escolhas metodológicas privilegiavam o recurso às narrativas que os próprios participantes tinham sobre os processos políticos em que estavam inseridos.

Por fim, aponta-se que ambas as vertentes não se opõem mutuamente. Ambas recuperam temas da década de 1980, mas procuram renovar o debate em função da criatividade e das novas formas de ativismo contemporâneo, indicando problemas interessantes de pesquisas futuras. As linhas de pesquisa podem apontar para aquilo que Löw (2013) chamou de “dualidade espacial”, em que os arranjos espaciais entre atores sociais e os objetos ao seu redor se coestruturam mutuamente. Nesse sentido, convém perguntar: de que modo a dualidade dos espaços no ambiente urbano se relaciona com os processos de mobilização política? Por exemplo, as manifestações de 2013 – mais flagrantemente em 2015 – viram a ascensão de um ativismo ideologicamente mais alinhado à direita. De que modo tais ativistas se relacionam com a cidade? Como o ambiente urbano é interpretado por distintos atores posicionados em espectros ideológicos polares? Como se dão a formação de diferentes estilos de ativismo e as distintas apropriações políticas do espaço urbano dentro da cidade? Em resumo, de que modo diferentes questões urbanas afetam diferentes modelos de ativismo nas cidades? Esses e outros problemas merecem um olhar atento e novos esforços de pesquisa, a fim de complementar o que se sabe acerca da vida política dentro das cidades.

Referências

- ALONSO, A.; MISCHÉ, A. Changing repertoires and partisan ambivalence in the new Brazilian protests. *Bulletin of Latin American Research*, Oxford, v. 36, n. 2, p. 144-159, 2017.
- ANTUNES, R. As rebeliões de junho de 2013. *Observatorio de América Latina*, Buenos Aires, v. 14, n. 34, p. 37-49, 2013.
- AVRITZER, L. *Sociedade civil e democratização*. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.
- BARREIRA, I. Movimentos urbanos e contexto sócio-político em Fortaleza. *Espaço e Debates*, São Paulo, n. 6, p. 76-87, 1982.
- _____. Ação direta e simbologia das “jornadas de junho”: notas para uma sociologia das manifestações. *Contemporânea*, São Carlos, v. 4, n. 1, p. 145-164, 2014.
- BLAY, E. A. Tendências atuais da sociologia urbana no Brasil. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, v. 15, p. 61-77, 1974.
- BOSCHI, R. R. *A arte da associação: política de base e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Iuperj, 1987.
- BRAGA, R. As jornadas de junho no Brasil: crônica de um mês inesquecível. *Observatorio Social de América Latina*, Buenos Aires, v. 8, p. 51-61, 2013.
- BRANT, V. C.; CAMARGO, C. P. F. *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- BRINGEL, B. Miopias, sentidos e tendências do levante brasileiro de 2013. In: BRINGEL, B.; DOMINGUES, J. M. (Orgs.). *As jornadas de junho em perspectiva global*. Rio de Janeiro: Netsal: Iesp, 2013a. p. 16-29. (Dossiê temático, n. 3)
- _____. O Brasil na geopolítica da indignação global. *Brasil de Fato*, São Paulo, 27 jun. 2013b. p. 42-53.
- BRINGEL, B.; PLAYERS, G. Junho de 2013... Dois anos depois: polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil. *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, v. 259, p. 4-17, 2015.
- CALDEIRA, T. P. R. Social movements, cultural production, and protests: São Paulo's shifting political landscape. *Current Anthropology*, Chicago, v. 56, n. S11, p. S126-S136, 2015.
- CARDOSO, R. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 215-239.
- CASTELLS, M. *The urban question: a Marxist approach*. Trans. Alan Sheridan. London: Edward Arnold, 1977.
- _____. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

- CASTRO, D.; LEÃO, I. Z. C. C.; WELTERS, A. As manifestações e a questão da reforma urbana: é possível retomar a capacidade de planejamento e intervenção? *Revista Economia & Tecnologia*, Curitiba, v. 10, n. 1, p. 89-98, 2014.
- CHAUÍ, M. As manifestações de junho de 2013 na cidade de São Paulo. *Teoria e Debate*, São Paulo, v. 113, 2013.
- DOIMO, A. M. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- DOWBOR, M.; SZWAKO, J. Respeitável público...: performance e organização dos movimentos antes dos protestos de 2013. *Novos Estudos: Cebrap*, n. 97, p. 43-55, 2013.
- GOHN, M. G. *Movimentos sociais e lutas pela moradia*. São Paulo: Loyola, 1990.
- _____. *História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. São Paulo: Loyola, 1995.
- _____. *Sociologia dos movimentos sociais*. São Paulo: Cortez, 2013.
- _____. A sociedade brasileira em movimento: vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais. *Cadernos CRH*, Salvador, v. 27, n. 71, p. 431-441, 2014.
- GOTTDIENER, M.; HUTCHISON, R. *The new urban sociology*. Boulder: Westview Press, 2011.
- HARVEY, D. et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- HOUTZAGER, P.; LAVALLE, A.; ACHARYA, A. Atores da sociedade civil e atores políticos: participação nas novas políticas democráticas em São Paulo. In: AVRITZER, L. (Ed.). *Participação política em São Paulo*. São Paulo: Unesp, 2004. p. 256-322.
- JACOBI, P. R. Movimentos sociais urbanos numa época de transição: limites e potencialidades. In: SADER, E. (Org.). *Movimentos sociais na transição democrática*. São Paulo: Cortez, 1987. p. 11-23.
- _____. *Movimentos sociais e políticas públicas: demandas por saneamento básico e saúde, São Paulo 1974-84*. São Paulo: Cortez, 1989. 166 p.
- JUDENSNAIDER, E. et al. *Vinte centavos: a luta contra o aumento*. São Paulo: Veneta, 2013.
- KOWARICK, L. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- _____. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- KOWARICK, L.; REZENDE, T. *Escritos urbanos*. São Paulo: Editora 34, 2000.

- LAVALLE, A. G. Após a participação: nota introdutória. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 84, p. 13-23, 2011.
- LEFEBVRE, H. The right to the city. In: _____. *Writings on cities*. Oxford: Blackwell, 1996. p. 147-159.
- LIVRE, M. P. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In: VAINER, C. et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram o Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 13-18.
- LOSEKANN, C. Os protestos de 2013 na cidade de Vitória/ES: # resistir, resistir até o pedágio cair! In: ROSA, S. M. (Org.). *País mudo não muda: as manifestações de junho de 2013 na visão de quem vê o mundo para além dos muros da academia*. Brasília, DF: IDP, 2013. p. 26-38.
- LÖW, M. The constitution of space the structuration of spaces through the simultaneity of effect and perception. *European Journal of Social Theory*, London, v. 11, n. 1, p. 25-49, 2008.
- _____. After the spatial turn: for a sociology of space. *Tempo Social*, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 17-34, 2013.
- MACHADO, A.; PORTO, S. M.; VERGARA, S. C. *Famerj versus BNH: um estudo de caso sobre movimentos sociais urbanos*. Rio de Janeiro: FGV, 1985.
- MARICATO, E. É a cidade, estúpido! In: HARVEY, D. et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. p. 19-26.
- _____. A Copa do Mundo no Brasil: tsunami de capitais aprofunda a desigualdade urbana. In: JENNINGS, A. *Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas*. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 17-24.
- _____. Para entender a crise urbana. *CaderiNAU: Cadernos do Núcleo de Análises Urbanas*, Rio Grande, v. 8, n. 1, p. 11-22, 2015.
- MENEGUELLO, R. *PT: a formação de um partido, 1979-1982*. Paz e Terra, 1989.
- MILLER, B.; BEAUMONT, J.; NICHOLLS, W. *Spaces of contention: spatialities and social movements*. Farnham: Ashgate, 2013.
- MISCHE, A. *Partisan publics: communication and contention across Brazilian Youth activist networks*. New Jersey: Princeton University Press, 2008.
- MOISÉS, J. Á. O Estado, as contradições urbanas e os movimentos sociais. In: MOISÉS, J. Á. et al. (Eds.). *Cidade, povo e poder*. Rio de Janeiro: Cedec: Paz e Terra, 1982. p. 14-29.
- MOREIRA, C. C. Da cidade cúmplice à cidade insurgente: sobre o Rio de Janeiro, desde junho de 2013. *Redobra*, Salvador, n. 13, p. 251-262, 2014.

- MOREIRA, O. L.; SANTIAGO, I. Vem prá rua: os protestos de junho. In: SOUSA, A. A.; SOUSA, C. M. *Jornadas de junho: repercussões e leituras*. Campina Grande: Eduepb, 2013. p. 13-21.
- NEUHOLD, R. R. *Os movimentos de moradia e sem-teto e as ocupações de imóveis ociosos: a luta por políticas públicas habitacionais na área central da cidade de São Paulo*. 2009. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2009.
- NICHOLLS, W. J. The urban question revisited: the importance of cities for social movements. *International Journal of Urban and Regional Research*, Oxford, v. 32, n. 4, p. 841-859, 2008.
- NOBRE, M. *Choque de democracia: razões da revolta*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- NUNES, E.; JACOBI, P. *Movimentos populares urbanos: participação e democracia*. Rio de Janeiro: Anpocs, 1980.
- ORTELLADO, P. Os protestos de junho entre o processo e o resultado. In: ORTELLADO, L. L.; JUDENSNAIDER, E.; POMAR, M. *Vinte centavos: a luta contra o aumento*. São Paulo: Veneta, 2013. p. 237.
- RICCI, R.; ARLEY, P. *Nas ruas: a outra política que emergiu em junho de 2013*. Belo Horizonte: Letramento, 2014.
- ROLNIK, R. As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. In: VAINER, C. et al. *Cidade rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SANTOS, C. N. F. Três movimentos sociais urbanos no Rio de Janeiro. *Revista Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1977.
- SCHERER-WARREN, I. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.
- _____. Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política. *Cadernos CRH*, Salvador, v. 27, n. 71, p. 417-429, 2014.
- SCHERRER-WARREN, I.; KRISCHKE, P. J. *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- SINGER, A. Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. *Novos Estudos: Cebrap*, São Paulo, n. 97, p. 23-40, 2013.
- SOLANO, E.; MANSO, B. P.; NOVAES, W. *Mascarados: a verdadeira história dos adeptos da tática Black Bloc*. São Paulo: Geração, 2014.
- SOMARRIBA, M. M. G.; VALADARES, M. G.; AFONSO, M. R. *Lutas urbanas em Belo Horizonte*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- TARROW, S. *Power in movement: social movements and contentious politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

- TATAGIBA, L. Desafios da relação entre movimentos sociais e instituições políticas: o caso do movimento de moradia da cidade de São Paulo: primeiras reflexões. *Colombia Internacional*, [S.l.], n. 71, p. 63-83, 2010.
- TAVARES, F. M. M.; RORIZ, J. H. R.; OLIVEIRA, I. C. As jornadas de maio em Goiânia: para além de uma visão sudestecêntrica do junho brasileiro em 2013. *Opinião Pública*, Campinas, v. 22, n. 1, p. 140-166, 2016.
- TEIXEIRA, A. C. C.; TATAGIBA, L. *Movimentos sociais e sistema político: os desafios da participação*. São Paulo: Polis: PUC-SP, 2005.
- TILLY, C. Spaces of contention. *Mobilization: An International Quarterly*, San Diego, v. 5, n. 2, p. 135-159, 2000.
- _____. *Regimes and repertoires*. Chicago: Chicago University Press, 2006.
- VAINER, C. Mega-eventos, mega-negócios, mega-protestos. 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/1mLm3d>>. Acesso em: 28 ago. 2017.
- VIANA, S. Será que formulamos mal a pergunta? In: VAINER, C. et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 53-58.

Resumo

Quando novos temas entram em cena: movimentos sociais e a “questão urbana” no ciclo de protesto de junho de 2013

Durante o mês de junho de 2013 milhares de pessoas se reuniram nas ruas de diversas cidades do país. Termos como “cidades rebeldes”, “insurgências urbanas” e “lutas urbanas” foram mobilizados constantemente como tentativas de dar conta do fenômeno. Este artigo tem como intuito apresentar as principais vertentes de pesquisa sociológica brasileira acerca da relação entre os movimentos sociais e a questão urbana nas manifestações em 2013. Trata-se de investigar o percurso analítico dessas questões dos anos 1980 às manifestações de junho de 2013. De que modo os autores que se debruçaram sobre o tema equacionaram a questão do espaço urbano e as mobilizações em junho? As interpretações dos confrontos em 2013 trazem em si o legado das linhas de pesquisa da sociologia urbana e política dos anos 1980 ou fundam uma nova compreensão? A hipótese principal que orienta o artigo é a de que as análises de junho de 2013 trazem a herança e as ambivalências dos estudos acerca dos conflitos urbanos nos anos 1980. Se em um primeiro momento as análises procuraram mapear as condições de emergência desses processos de mobilização por meio das condições materiais das metrópoles, em um segundo instante as experiências culturais foram mobilizadas para explicar a emergência desses novos atores coletivos.

Palavras-chave: Movimentos Sociais; Ciclo de Junho; Cidades; Conflito Urbano.

Abstract

When new themes enter the scene: social movements and the “urban issue” in the June 2013 protest cycle

During the month of June 2013, thousands of people gathered in the streets of several cities of Brazil. Terms such as “rebel cities,” “urban insurgencies,” and “urban struggles” were constantly mobilized as attempts to deal with the phenomenon. This article aims to present the main lines of Brazilian sociological research on the relationship between social movements and urban issues in the demonstrations in 2013. The objective is to investigate the analytical shifts from the 1980s to the manifestations of June 2013. In what way do the authors connect the urban space and mobilizations of June 2013? How do the interpretations of this period bring the legacy of the lines of research of urban and political sociology of the 1980s? Or do these interpretations ground a new understanding of the phenomenon?

The hypothesis that guides the article is that the analyses of June 2013 are marked by the heritage and ambivalences of studies on urban conflicts in the 1980s. There are two main strands of analyses: the first interpretation see mobilizations through the material conditions of the Brazilian metropolis as main political processes. In the second interpretation, cultural experiences were mobilized to explain the creation of new collective actors.

Keywords: Social Movements; June Cycle; Cities; Urban Question.

Résumé

Quand des nouvelles questions entrent en jeu : les mouvements sociaux et la « question urbaine » dans les protestations de juin 2013

Au cours du mois de juin 2013, des milliers de personnes se sont rassemblés dans les rues de plusieurs villes du pays. Des termes comme « villes rebelles », « l'insurrection urbaine » et « lutte urbaine » se sont mobilisés en permanence pour essayer d'expliquer le phénomène. Cet article veut présenter les principaux aspects de la recherche sociologique brésilienne sur la relation entre les mouvements sociaux et la question urbaine dans les manifestations en 2013. On étudie le parcours analytique de ces questions des années 1980 aux manifestations de juin 2013. Comment les auteurs qui regardent le thème ont assimilé la question de l'espace urbain et les mobilisations en juin ? Les interprétations des affrontements en 2013 invoquent l'héritage des lignes de recherche de sociologie urbaine et de la politique des années 1980 ou trouve une nouvelle compréhension ? L'hypothèse principale qui guide l'article c'est que les analyses de juin 2013 apportent l'héritage et l'ambivalence des études sur les conflits urbains dans les années 1980. Si dans un premier moment l'analyse a demandé mapper les conditions d'urgence de ces processus de mobilisation par le biais des conditions matérielles des grandes villes, dans un deuxième moment les expérience culturelle ont été mobilisées pour expliquer l'émergence de ces nouveaux acteurs collective.

Mots-clés: Mouvements sociaux; Cycle de juin; Villes; Conflits urbains.